

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Básica e Profissional
Centro Pedagógico
Curso de Especialização em Residência Docente
para a Formação de Educadores da Educação Básica

Wellington do Carmo Faria

MEMÓRIA ETNOBOTÂNICA:
uma possibilidade pedagógica entre escola e comunidade

Belo Horizonte

2020

Wellington do Carmo Faria

**MEMÓRIA ETNOBOTÂNICA:
uma possibilidade pedagógica entre escola e comunidade.**

Versão Final

Monografia de especialização apresentada à Escola de Educação Básica e Profissional, Centro Pedagógico, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica.

Orientadora: Araci Rodrigues Coelho

Belo Horizonte

2020

CIP – Catalogação na publicação

Faria, Wellington do Carmo

F224m Memória etnobotânica [recurso eletrônico] : uma possibilidade pedagógica entre escola e comunidade / Wellington do Carmo Faria. - Belo Horizonte, 2020. 47 f. il.

Monografia (Especialização): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Básica e Profissional, Centro Pedagógico, Belo Horizonte, 2020.

Orientadora: Araci Rodrigues Coelho

Inclui bibliografia.

1. Etnobotânica. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Comunidade e escola. I. Título. II. Coelho, Araci Rodrigues. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Básica e Profissional, Centro Pedagógico.

CDD: 370.71

CDU: 377.8

Elaborada por: Biblioteca do Centro Pedagógico/EBAP/UFMG
Nádia Santos Barbosa – CRB-6: 3468



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO PEDAGÓGICO
SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "RESIDÊNCIA DOCENTE PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA"

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Cursista: WELLINGTON DO CARMO FARIA
Matrícula: 2018751551
Título do Trabalho: Memória Etnobotânica - uma possibilidade pedagógica entre escola e comunidade

BANCA EXAMINADORA:

Professor(a) orientador(a): Araci Rodrigues Coelho

Professor(as) examinador(as):

Ismael Krishna de Andrade Neiva
Claudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci
Tania Margarida Lima Costa

Aos 7 dias do mês de novembro de 2020, reuniram-se através de Teleconferência pelo aplicativo Zomm, os (as) professores(as) orientadores(as) e examinadores, acima descritos, para avaliação do trabalho final do(a) cursista **WELLINGTON DO CARMO FARIA**.

Após a apresentação, o (a) cursista foi arguido e a banca fez considerações conforme parecer anexo.

PARECER: APROVADO

NOTA: 70

CONSIDERAÇÕES:

Este documento foi gerado pela Secretaria do Curso de Especialização "Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica" baseado em informações enviadas pela banca examinadora para a secretaria do curso. E terá validade se assinado pelos membros da secretaria do curso.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Moreira Marques, Secretário(a)**, em 25/11/2020, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0436954** e o código CRC **4BD2A47F**.

RESUMO

A memória etnobotânica é uma possibilidade pedagógica importante na relação entre escola e comunidade. A memória etnobotânica é a que possibilita por meio da cultura étnica, diálogos e reflexões sobre as plantas ornamentais, alimentícias e medicinais na vida das pessoas e dos lugares. O tema da memória coletiva a partir da partilha do conhecimento intergeracional sobre plantas é fundamental para firmar o vínculo afetivo dos estudantes com a escola e a busca de seu compromisso em preservar as raízes étnicas, culturais e botânicas da comunidade. Nesse aspecto, a memória sobre plantas ornamentais, alimentícias e medicinais ocupa um lugar de excelência pois é no cultivo da terra e da luta pela sobrevivência das classes mais pobres que a sabedoria popular garante o sustento e a sobrevivência na escassez de recursos. Esses ensinamentos, muitas vezes não aprendidos na escola, são transmitidos oralmente, entre gerações e, quase sempre, revelam origens africana, indígena ou afro-brasileira. O projeto de ação – atividade do curso de Especialização Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e o Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais - visou delinear tais memórias, junto com estudantes da Escola Municipal Sérgio Miranda, bairro Tupi (Regional Norte de Belo Horizonte).

Palavras-chave: memória; memória etnobotânica; cultura afro-brasileira; relação escola e comunidade.

ABSTRACT

Ethnobotanical memory is an important pedagogical possibility in the relationship between school and community. Ethnobotanical memory is what makes possible, through ethnic culture, dialogues and reflections on ornamental, food and medicinal plants in the lives of people and places. The theme of collective memory based on the sharing of intergenerational knowledge about plants is essential to establish the students' affective bond with the school and the pursuit of their commitment to preserve the community's ethnic, cultural, and botanical roots. In this respect, the memory of ornamental, food and medicinal plants occupies a place of excellence because it is in the cultivation of the land and in the struggle for the survival of the poorer classes that popular wisdom guarantees sustenance and survival in the scarcity of resources. These teachings, often not learned at school, are transmitted orally, between generations and, almost always, reveal African, indigenous, or Afro-Brazilian origins. The action project - activity of the Specialization Course Teaching Residence for the Training of Basic Education Educators, a partnership between the Municipal Education Secretariat of Belo Horizonte and the Pedagogical Center of the Federal University of Minas Gerais - aimed to outline such memories, together with students from the Sergio Miranda Municipal School, Tupi neighborhood (North Region of Belo Horizonte).

Keywords: Memory. Ethnobotanical Memory. Afro-Brazilian Culture. School and Community Relationship.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. MEMORIAL	10
2.1 Família: pais, avô, companheira e filha	11
2.1.1 Meus pais	11
2.1.2 Meu avô	12
2.1.3 A luta pela superação do Autismo diagnosticado em minha filha Dandara	13
2.2 Estudos, trabalho e militância	13
2.2.1 Estudante	13
2.2.2 Militância	14
2.2.3 Trabalhador	15
2.2.4 Questão Racial	16
2.2.6 Cursinhos Populares	18
2.2.7 Firmação como professor e os desafios do mestrado	19
2.2.7 Um breve retorno à gestão cultural	22
2.2.8 A mudança para a escola mais nova da rede e o desafio do ensino militar	22
2.2.9 A Residência Docente: início em 2018	23
2.2.11 Definição do Objeto de pesquisa	26
2.2.12 Últimas atividades presenciais – segundo semestre de 2019	28
3. O PROJETO DE AÇÃO	31
3.1 Como o problema se delineou	32

3.2 Sobre os objetivos do Projeto	33
3.3 As razões para desenvolver o Projeto	34
3.4 Pressupostos teóricos	36
3.5 Previsões iniciais	39
3.6 Algumas ações desenvolvidas	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICE A – Objetivos Específicos	46
APÊNDICE B – Questionário Etnobotânico	47

1. APRESENTAÇÃO

Essa monografia, trabalho final do curso de Especialização em Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica – uma parceria entre Centro Pedagógico/UFMG e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG, é composta pelo Memorial de Percorso e o Projeto de Ação, atividades proposta no início do curso.

Devido a uma série de empecilhos, não foi possível desenvolver plenamente o Projeto de Ação.

2. MEMORIAL

“Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”. (ARTIÈRES, 1998)

Lembrar do passado é uma das maneiras para que possamos nos identificar com o momento e projetar o futuro. Não é tarefa fácil, porém muito importante.

Figura 1

Professora Júnia Sales e eu - Defesa de minha dissertação de mestrado



Fonte: ARQUIVO PESSOAL - Belo Horizonte, 31/08/2011

Há pouco tempo, perdemos uma grande professora da UFMG (pós-doutora em Educação), a professora Júnia Sales Pereira, quem me orientou no mestrado. Com ela aprendi a importância de construir memoriais. O memorial de percurso, segundo ela, devia servir para “arquivar a própria vida” citando Philippe Artières.

Considerando esses aspectos, observo que a escolha das minhas pesquisas na graduação, mestrado e demais especializações tiveram como foco a temática afro-brasileira, uma vez que minha trajetória pessoal e comunitária foi marcada pela consciência negra e luta pela conquista de direitos de cidadania.

Também como forma de resistência, busquei promover o arquivamento pessoal de registros fotográficos, impressões, intenções, diálogos que possibilitaram essa

minha produção textual no sentido de fazer com que minha intenção autobiográfica pudesse facilitar a reflexão, autocrítica e diálogo com os desafios e possibilidades durante a realização do curso de especialização Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e o Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais.

O curso Residência Docente, conforme apresentado, tem como intenção possibilitar no campo pedagógico, tal como a Residência Médica no campo da saúde, a troca de experiência entre docentes com trajetórias diferentes e que os projetos de ação possam despertar nos estudantes o interesse pela pesquisa e integração comunitária com o saber escolar.

Uma de suas primeiras propostas aos cursistas foi a elaboração de um Memorial de Percurso, parte constituinte do trabalho de conclusão do curso. Retomei, então, as reflexões sobre tal instrumento e apresento, a seguir, algumas de minhas memórias familiares, estudantis, profissionais e de militância – de certa forma, todas elas entrelaçadas.

2.1 Família: pais, avô, companheira e filha

2.1.1 Meus pais

Figura 2 - Meus pais:
José Reis de Faria e Maria do Carmo Faria



Fonte: ARQUIVO PESSOAL, Contagem, 1970.

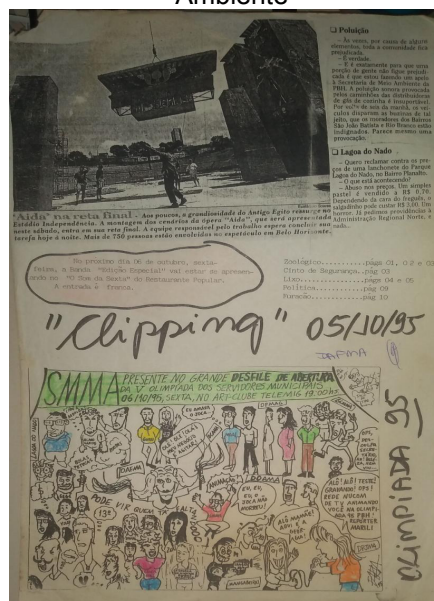
Sou filho de um técnico em manutenção de equipamentos odontológicos que trabalhava por conta própria e que nos deixou, vitimado pelo câncer, quando eu tinha treze anos. Com uma pensão de um salário-mínimo, minha mãe, dona de casa, conseguiu encaminhar seus três filhos para a universidade, estudando em escola pública e trabalhando para ajudar nas despesas da casa. Naquele ano de 1986 em que perdi meu pai, também havia perdido meu avô materno – ambos são referência do meu caráter e busca da solidariedade entre as pessoas.

Inicialmente, meu pai queria que eu aprendesse sua profissão, mas quando viu que gostava de estudar, me presenteou com um curso e uma máquina de datilografia. Lembro-me quando escrevi um livro com aventuras que tinham meus colegas como personagens, a “Sucata Maluca”, me levava em alguns escritores e editoras da cidade imaginando que conseguiria publicá-lo.

2.1.2 Meu avô

Meu avô acolhia todo mundo que vinha do interior para tratamento de saúde, em sua casa em Contagem e me presenteava com revistinhas em quadrinhos – tornei-me quadrinista por causa dele.

Figura 3
Charge para o Clipping de comunicação interna dos servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente



Fonte: ARQUIVO PESSOAL - 05 de outubro de 1995

Por graça dele, consegui minha primeira ascensão pública ao elaborar tirinhas para um jornal de educação ambiental da prefeitura em 1994. Depois disso, acabei abandonando esta arte pela qual fiz razoável sucesso.

2.1.3 A luta pela superação do Autismo diagnosticado em minha filha Dandara

Através da atuação como professor nos cursinhos populares – atuação que abordarei no item Docência - conheci em Vespasiano, Ana Paula, minha companheira, também professora da educação básica. De nossa união, em 2006, nasceu minha querida filha, Dandara, que tem esse nome em homenagem à companheira guerreira de Zumbi dos Palmares.

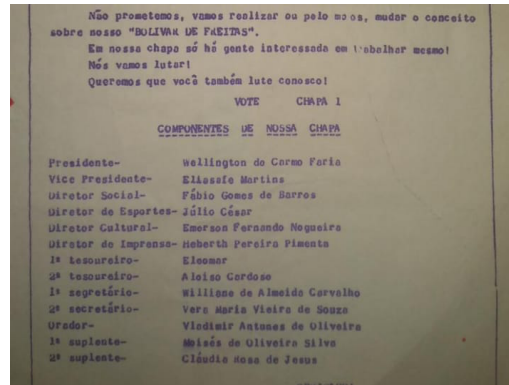
Quando Dandara tinha 3 anos de idade descobrimos que é autista. Tal descoberta acarretou novos desafios e outra militância: a luta junto com as famílias com autismo, a militância pela superação do autismo. Essa situação me fez voltar-me mais para a família, relativizar muito a atividade política e adiar ou realizar com muita dificuldade os estudos acadêmicos, como o mestrado e essa especialização.

2.2 Estudos, trabalho e militância

2.2.1 Estudante

Estudei todo o ensino fundamental na Escola Estadual Professor Bolívar de Freitas, onde conheci a militância política. Devido à influência de uma professora, participava de reuniões com lideranças estudantis e fui escolhido por meus colegas para participar da “Miniconstituinte de Minas” – proposta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para envolver os estudantes no processo constituinte em curso no país.

Figura 4
Panfleto mimeografado na campanha para a presidência do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Professor Bolivar de Freitas



Fonte: ARQUIVO PESSOAL - setembro de 1987

Sendo eleito pelos colegas, levei várias sugestões para a construção da “carta cidadã” em 1987 que viria a subsidiar o texto sobre educação para ser encaminhado aos deputados constituintes de 1988. Em seguida, liderei a organização para criação de um grêmio estudantil. Organizamos o processo eleitoral que foi bem disputado, e acabei me tornando o primeiro presidente do Grêmio Estudantil do Bolivar.

Em 1988 cursei o Ensino Médio, antigo “Segundo Grau”, na Escola Estadual Governador Milton Campos, conhecido como “Estadual Central”. Lá conheci o teatro e me tornei petista (filiei-me ao Partido dos Trabalhadores). Integrei o grupo teatral “Luz do Palco” e também fiz parte do Núcleo Estudantil do Partido dos Trabalhadores a convite do colega militante Marlon, hoje advogado. Estudava pela manhã e realizava alguns “bicos” à tarde: eram serviços de datilografia e aulas particulares de matemática para ajudar a custear as minhas passagens de ônibus.

2.2.2 Militância

Através do Padre Pedro Luiz de Azevedo, jesuíta, que muito nos ajudou após a perda de meu pai, tomei conhecimento da Teologia da Libertação e sua proposta de “fé enraizada na vida” e a militância social baseada na “opção preferencial pelos pobres”. Participei da comunidade católica local, atuando como catequista, vicentino,

ministro da eucaristia e da palavra – enfim, cheguei a pensar em ser padre, mas a condição de “arrimo de família” me excluiu deste desejo inicial.

Continuei atuando na Associação de Moradores do Bairro Jardim Guanabara e na Pastoral da Moradia, apoiando o movimento “sem-casa”, pessoas que haviam se instalado na região em 1991. A luta comunitária me levou para a luta política e em seguida ao PT (Partido dos Trabalhadores) tendo sido por três vezes presidente do Diretório Regional Norte. Na luta comunitária acabei me engajando também na Pastoral do Negro e através de uma colega da prefeitura, a Pekena, passei a fazer parte do Grupo Obá II que representava o movimento negro da região norte de Belo Horizonte.

2.2.3 Trabalhador

Meu primeiro emprego com carteira assinada foi na Silmáquinas e Equipamentos¹. Era auxiliar de escritório da oficina mecânica. Minha função era datilografar as ordens de serviço dos mecânicos e providenciar as peças que eles pediam. Era responsável também pela limpeza e lubrificação dos rolamentos. Recebia um salário-mínimo e pude no final do ano comprar minha primeira bicicleta.

Em 1992, aprovado em concurso público, troquei o guarda-pó da oficina pelo cargo de agente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Fui trabalhar na seção financeira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essa experiência na Seção Financeira me permitiu compreender o sistema de elaboração de processos, leitura de dotações orçamentárias, elaboração orçamentária, processo de empenho e pagamento, processos licitatórios etc. Lembro que o funcionalismo todo apoiava Maurício Campos (PFL) e eu era o único que apoiava Patrus Ananias (PT).

O ano de 1992 me reservou três vitórias: a nomeação pelo concurso público, a vitória do PT nas eleições municipais e a aprovação no vestibular para História na UFMG.

¹ Silmáquinas e Equipamentos é uma empresa de locação, conserto e manutenção de máquinas de construção civil (compactadores, betoneiras e motores em geral). Localiza-se até os dias atuais na Avenida Portugal, bairro Jardim Atlântico em Belo Horizonte-MG.

2.2.4 Questão Racial

Com o tempo, comecei a perceber que a discriminação racial se faz principalmente no mundo do trabalho e no trato policial diante da violência urbana, principalmente quando se associa a condição social com o local de moradia e nem tanto nas relações afetivas. Lembrei dos muitos colegas que abandonavam os estudos ou eram reprovados – eram todos negros. Na graduação, era visualmente o único negro da turma e ficava pensando como seria na Medicina, na Engenharia, no Direito.

2.2.5 Gestor Público

Enquanto cursava História na UFMG, me realizava profissionalmente no trabalho na Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo trabalhando com um serviço rotineiro na seção financeira da Secretaria do Meio Ambiente, consegui me destacar, como havia mencionado anteriormente, ao criar tirinhas de Educação Ambiental para um jornal interno.

Posteriormente, fui convidado para compor a equipe de Educação Ambiental e passei a trabalhar nos parques da cidade. Sendo referência para muitas ações, acabei sendo escolhido para representar o órgão no Fórum Nacional de Participação Popular nos Governos Locais em Recife.

A discussão sobre a questão ambiental passou a ser minha primeira preocupação transdisciplinar, uma vez que na condição de estudante do curso de História da UFMG, participei de um programa de bolsas onde desenvolvi uma monografia que discutia a preocupação ambiental do uso e ocupação do solo a partir dos movimentos de luta pela moradia que se multiplicavam na Regional Norte de BH onde sempre residi e desenvolvi minha militância social.

Quando retornei do Fórum Nacional de Participação Popular em Governos Locais no Recife em 1995, fui convidado para assumir um cargo de confiança: a Gerência do Centro de Apoio Comunitário Havaí na zona oeste da cidade. Entre 1995 e 2003 gerenciei três centros comunitários: Havaí, Parque das Águas (Barreiro) e Providência (regional norte), considerando que em 1998 fui nomeado professor municipal por aprovação em concurso, mas com direito a licenciar da função devido ao exercício do cargo comissionado.

Na área da Assistência Social pude interagir com as escolas do entorno desses espaços e pude ver o estudante com esse olhar de sua condição social, além de acompanhar a evolução do movimento de creches para a atual política de educação infantil e a socialização de crianças e adolescentes no contra turno que depois migrou da Assistência Social para a Educação, surgindo o embrião do que se tornou o Programa Escola Integrada.² Pude também acompanhar o movimento de luta pela afirmação dos direitos das crianças e adolescentes através da efetivação de políticas públicas previstas no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente em Belo Horizonte.

Em 2005, tornei-me Gerente de Políticas Sociais da Regional Norte quando, em sintonia com a Gerente de Educação da época, Benilda Regina, atuei em várias frentes junto à educação escolar, interagindo com as 19 escolas pertencentes a essa regional em projetos sociais do Programa BH Cidadania, implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nas comunidades e o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero³.

² O Programa escola Integrada foi criado em 2006 durante a gestão do então prefeito Fernando Pimentel em Belo Horizonte para promover a educação em tempo integral, utilizando o horário do contraturno escolar em espaços públicos comunitários do entorno das escolas. Havia diversas oficinas como capoeira, futsal, artesanato, brinquedos e brincadeiras e inclusive, reforço escolar.

³ o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero faz parte do organograma institucional da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte e tem como objetivo fomentar as ações pedagógicas voltadas para a implementação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 que visa promover a história da África e da cultura africana e afro-brasileira, além da indígena no currículo escolar e nas ações pedagógicas das escolas da Rede Municipal de BH.

No período de março de 2005 a julho de 2007 cursei, no noturno, uma Especialização em Políticas Públicas na UFMG em que produzi um estudo⁴ sobre a desigualdade social na Regional Norte sob o olhar do enfrentamento ao racismo, diversidade e promoção da igualdade racial no território. Participava também das discussões intersetoriais que culminaram na discussão da escola integral: “uma escola que alcance a sociedade para além dos muros que a cercam”.

2.2.6 Cursinhos Populares

Como não queria parar de lecionar assumi aulas na rede estadual, no noturno e em um cursinho pré-vestibular popular como voluntário aos sábados. Este cursinho, o Greamar (Grupo de Estudos Alternativos do Floramar e Região), gratuito e voltado para estudantes de baixa renda da região norte de BH, desencadeou a criação de um Fórum Estadual de Cursinhos Populares⁵ que, somado ao Movimento dos Sem Universidade (MSU)⁶ foi pioneiro na luta pela implantação do PROUNI (Programa Universidade para Todos)⁷ implantado no governo Lula em 2004 e da luta pela aprovação do Projeto de Lei de Reserva de Vagas para negros e estudantes de

⁴ O Curso de Especialização em Políticas Públicas foi promovido pelo Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG na qual apresentei uma monografia sobre a Promoção da Igualdade Racial na Regional Norte de Belo Horizonte em que discutia as políticas públicas afirmativas promovidas pela Prefeitura de Belo Horizonte para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região onde havia as maiores concentrações de assentamentos de luta pela moradia e da população negra da cidade.

⁵ O Fórum Estadual de Cursinhos Populares foi organizado pelos Cursinhos Populares Greamar de Belo Horizonte GESPALP de Betim e buscava reunir as experiências existentes para somar ao Movimento dos Sem Universidade que havia sido criado em São Paulo naquele ano de 2004, buscando um movimento nacional para reivindicação de ampliação do acesso a jovens de baixa renda ao acesso a Universidade Pública – www.msu.org.br.

⁶ O MSU (Movimento dos Sem Universidade) foi criado em 2003 em São Paulo e ganhou articulação nacional com a incorporação do Fórum Estadual de Cursinhos Populares de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. A articulação desse movimento foi fundamental para a aprovação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que reservava vagas públicas em instituições federais de ensino particulares, luta pela ampliação de vagas nas universidades públicas e cotas para estudantes negros e de baixa renda nas universidades públicas, bem como a unificação dos vestibulares através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) – www.msu.org.br.

⁷ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 com o objetivo de ampliar a participação de jovens negros e de baixa renda na universidade a partir da reserva de vagas públicas em instituições federais de ensino particulares. Por esse programa a faculdade ou universidade particular poderia trocar suas vagas ociosas por dedução ou negociação de dívidas de tributos federais ou para manter o atestado de filantropia no caso das instituições religiosas de ensino superior que tinham que dar essa contrapartida para continuar sendo considerada uma instituição sem fins lucrativos.

baixa renda nas universidades públicas (PLC 180/2008)⁸, pelo qual participei em uma audiência pública no Senado Federal.

2.2.7 Firmação como professor e os desafios do mestrado

Em 2007 voltei definitivamente para o “chão” da escola em um momento de conflito que resultou no afastamento da direção da Escola Municipal Florestan Fernandes – percebi ali como uma gestão desfocada do contexto de uma escola inclusiva poderia contaminar o clima escolar e produzir conflitos sem escala.

Como professor passei a trabalhar a memória do patrono, o sociólogo Florestan Fernandes, quando alguns ingenuamente associavam com a “floresta” da Mata dos Werneck ao redor da escola. Para tanto trabalhei em sala-de-aula a leitura de obras importantes do patrono da escola, como por exemplo, “A integração do Negro na Sociedade Brasileira”.

Em 2008 atuei como professor comunitário⁹ na Escola Integrada da Escola Municipal Daniel Alvarenga. Por acreditar em uma educação ampliada, integral, acolhi a missão de professor comunitário como um lugar que me preenchia profissionalmente e que, com o incentivo do saudoso professor Guilherme José Barbosa (coordenador pedagógico da referida escola) e da minha diretora Andréa Caroline Corrêia fui aprovado no Mestrado da FAE/UFMG com essa temática. Infelizmente e, de certa forma, contraditoriamente, tive que deixar a função de professor comunitário para cursar o mestrado.

Sentia uma grande euforia no início de 2009 com a pesquisa e as disciplinas que iria cursar. Porém, vieram inúmeras frustrações. Na prefeitura, tive que voltar à minha

⁸ O Projeto de Lei de Reserva de Vagas para negros e estudantes de baixa renda nas universidades públicas (PLC 180/2008) foi uma ampla articulação que envolveu os cursinhos populares representados pelo MSU e Educafro, além de diversos seguimentos do movimento negro que se fizeram presentes na sua difícil aprovação no Senado Federal em 2008.

⁹ A denominação “professor comunitário” era dada ao professor responsável pela coordenação local do Programa Escola Integrada e que tinha como missão articular a escola regular com essa proposta de educação integral realizada no contraturno escolar.

escola de origem, pois não podia me dedicar em tempo integral para a Escola Integrada e após ter sido negada a licença remunerada para estudar – decisão do novo governo que deixou surpresos todos os professores da rede municipal de BH que contavam com esse benefício. A própria universidade tentou convencer a prefeitura, sem sucesso.

Ao longo do ano, tive diversas incompatibilidades com antiga orientadora que buscou inclusive uma coorientadora para ajudar. Acabou não surtindo efeito e ambas, desistiram da orientação. Senti-me angustiado e frustrado e pensei em desistir do curso. Por intermédio do prof. Bernardo Oliveira – coordenador à época da pós-graduação da FAE/UFMG, fui apresentado à profa. Dra. Júnia Sales Pereira que me aconselhou a mudar o tema da pesquisa para melhor adequar à sua linha de pesquisa e minha vivência real como docente e pesquisador. Este conselho foi uma “sacudida” que me fez acordar e enxergar o que sempre orientou minha militância e prática docente: a questão racial.

Na vida sofremos muitas perdas. Sentimos desde a perda de pessoas queridas como a de posições sociais e políticas e inclusive, temas de pesquisas. A minha trajetória é repleta de perdas e conquistas, parece que quando penso que estou no auge, na afirmação, na verdade, vejo-me na condição de ter que recomeçar com novas ideias. Essa sensação retorna agora, quando volto meu olhar para estudar as questões raciais, porém, com vigor renovado, pois sinto não se tratar de apenas problematizar a figura da Princesa Isabel ou de Zumbi dos Palmares, mas problematizar a mim mesmo na condição de negro, militante, professor e pesquisador. Ou seja, há um diferencial substantivo e desafiador nesta nova empreitada.

A minha trajetória como professor na rede estadual, rede municipal e no cursinho popular foi marcada pela priorização do ensino da história como instrumento de formação política e cidadã, com ênfase no combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

A sala de aula ainda é um local onde os preconceitos se manifestam ou se escondem. Percebo que não é possível também dissociar minha trajetória como docente da experiência que adquiri como gestor de políticas públicas de Assistência Social, Cultural e Ambiental que culmina, inclusive, na perspectiva da educação integral que, mesmo não sendo mais objeto da minha pesquisa, permanece como parte do meu entendimento sobre mecanismos de construção da cidadania através da educação.

A prática docente – intensificada nos últimos anos – combinada com meu percurso profissional voltado para as questões ambientais, sociais e educacionais, bem como minha história de militância no movimento negro, na política partidária, cursinhos pré-vestibulares populares e no catolicismo engajado nos moldes da Teologia da Libertação, tem orientado minha disposição em estudar a disputa pela memória na educação escolar para abordagem da história afro-brasileira.

Na sala de aula percebo que ainda estamos longe de construir uma escola mais agradável sem deixar de ser erudita; mais plural sem desprezar a individualidade; mais voltada para a diversidade do que para a uniformidade de suas práticas que ainda remontam à lógica fabril que a criou.

Conheci o Programa Floração que tinha como objetivo reduzir a distorção idade/ano de escolaridade que existia na Rede Municipal de Educação em Belo Horizonte com a reflexão sobre a memória individual e coletiva, a diversidade cultural e social, o protagonismo juvenil, o uso da mídia e outras tecnologias etc. Atuei como professor desse programa na escola de lotação e em dobrás nas regionais Norte e Venda Nova, além de ter assumido por um tempo a supervisão regional do programa.

Em 2011, ano da minha defesa de mestrado, tornei-me professor comunitário da Escola Integrada na Escola Municipal Florestan Fernandes cobrindo a licença-maternidade da titular e com seu retorno, fui convidado a integrar a equipe da Gerência Regional de Educação Norte (Jerry Adriani era o gerente) onde complementei meu trabalho pós-dissertação defendida, produzindo um portfólio de

fotos com as experiências das 19 escolas da Regional na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra coletados nas visitas realizadas em 2010 voluntariamente para meu trabalho de pesquisa.

Em 2011 defendi minha dissertação de mestrado: “Entre Eventos, Hinos e Prêmios na Educação Escolar: Reflexões sobre a Memória Afro-brasileira em Belo Horizonte” sob a orientação da querida professora-doutora Júnia Sales. A banca examinadora contou com as preciosas contribuições das professoras Lorene Santos, Lana Siman, Cláudia Ricci e Thaís Fonseca.

2.2.7 Um breve retorno à gestão cultural

O ano de 2012 foi de muito trabalho desde que fui selecionado pela Fundação Municipal de Cultura para exercer o cargo de Gerente do Centro Cultural Zilah Spósito. Foram sete meses de muito trabalho, muitos espetáculos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ampliação de parcerias, integração com entidades, lideranças comunitárias, extensões de ações no bairro Jaqueline.

O trabalho na política pública cultural me capacitou para o trabalho educativo com a memória e o patrimônio da cidade e, junto a essa experiência pude fazer outra especialização em um convênio da PBH com a PUC Minas sobre Elaboração de Projetos Culturais¹⁰. No TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentei uma proposta para formação de professores para a organização de eventos escolares para a promoção da cultura afro-brasileira.

2.2.8 A mudança para a escola mais nova da rede e o desafio do ensino militar

No ano de 2014 mudei para a atual Escola Municipal Sérgio Miranda na qual continuo lotado, onde vivi muitos momentos difíceis, mas também de alegria.

¹⁰ O Curso de Especialização em Elaboração de Projetos Culturais foi organizado pela PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) em convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para capacitar professores e gestores culturais do município para elaborarem projetos culturais para as escolas e outras ações na cidade, principalmente aquelas fomentadas pelas leis municipais, estaduais e federais de Cultura. Foi realizado nos anos de 2012 e 2013.

Também pude experimentar nos anos de 2017 até agosto de 2018, através de um contrato, o modelo de educação militar no Colégio Tiradentes. Foi fundamental para minha reflexão sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, sobretudo ao lidar com o diagnóstico de autismo de nossa filha Dandara.

Além da EMSM, em 2017 atuei como designado no Colégio Tiradentes da PMMG até meados de 2018 quando voltei a dobrar na rede através da Escola Municipal Hélio Pellegrino. Essas duas últimas experiências também foram importantes, pois experimentei a educação militar e suas contradições e tive o prazer de depois de meu desligamento desse contrato, atuar em uma escola da nossa rede que desenvolve muitos projetos que visam a despertar o interesse pela aprendizagem, a solidariedade e cidadania.

Em 2020 retornei ao Colégio Tiradentes como professor concursado e nomeado, vivendo o desafio de um trabalho burocrático intenso e aulas de ensino remoto pela ocasião da pandemia do Coronavírus que interromperam as aulas presenciais nas escolas.

2.2.9 A Residência Docente: início em 2018

O atual Curso de Especialização em Residência Docente para a Formação de Educadores da Educação Básica me lança a um novo desafio: refletir sobre o papel da memória individual e coletiva na escola e para fora dela, conjugando os saberes formais e informais dentro do processo pedagógico. Depois que havia terminado o mestrado e devido à dificuldade que tive para concluir em função de minha jornada dupla de trabalho e minha situação familiar com uma filha muito dependente por causa do diagnóstico do autismo, havia decidido não retomar mais minha vida acadêmica a não ser quando conseguisse me tornar professor universitário.

Em 2018, soube do convênio da prefeitura de Belo Horizonte com a UFMG para expandir as pós-graduações *latu sensu* e embora eu já tivesse feito duas além do mestrado, consegui uma vaga de remanescentes de Geografia que permitia a

entrada de alguém da História. Fui aceito e encaminhado ao departamento de Geografia do Centro Pedagógico/UFMG. No entanto, considerando minha formação e a existência de vagas, fui encaminhado para o núcleo de História, que contava com, apenas, dois cursistas – Rita de Cassia Santos Pires e Renato Sena Ramos¹¹. Tinha dúvidas se iria dar conta de mais um curso universitário quase chegando aos 50 anos de idade e com tantas obrigações familiares e profissionais. Mas, resolvi aproveitar a oportunidade e me encantei com a proposta de Residência Docente, pois entendia naquele momento, que poderia contribuir, inclusive, com a Rede Municipal, na formação de novos professores.

Em setembro de 2018 comecei minha exploração do ambiente do Centro Pedagógico/UFMG. A proposta era conhecer os espaços e profissionais da escola. Tive uma conversa muito produtiva com a então vice-diretora Elânia de Oliveira. Naquele momento me interessava saber sobre a gestão da escola e a participação ativa dos professores em diversos grupos de trabalho. O fato de ser pai de criança autista, ter vivenciado o desafio da inclusão escolar em escolas da rede privada, da rede municipal e Colégio Tiradentes da PMMG, interessava-me muito conhecer o modelo desenvolvido pelo Centro Pedagógico/UFMG, especialmente, o Setor Multiprofissional¹².

Em outubro daquele ano, participamos da FEBRAT (Feira Brasileira dos Colégios de Aplicação) e pudemos conhecer diversas experiências de todo o Brasil com muita diversidade e interdisciplinaridade, expostas em *stands*.

Tive a oportunidade de participar do Seminário de Inclusão do CP, um espaço rico para troca de experiências. Chamou-me a atenção a sinalização diferenciada no prédio para chamar a atenção dos problemas de circulação nos espaços para

¹¹ Renato veio a se tornar meu colega na Escola Municipal Hélio Pellegrino, onde fui dobrar em 2019.

¹² O Setor Multiprofissional é o espaço que promove a inclusão escolar no Centro Pedagógico da UFMG. Conta com uma equipe que tem profissionais da psicologia, assistência social, e pedagogia. “Ele tem como premissa atender às demandas dos alunos quanto às questões escolares e suas implicações de cunho social, afetivo-emocional, psicológico e familiar, através de várias formas de intervenção preventivas e na mediação de comportamentos inerentes ao ambiente escolar” – conferir em <http://www.cp.ufmg.br/index.php/administracao/setor-multiprofissional>.

pessoas com deficiência. Tratava-se do Projeto “Caminho Amigo” pelo qual rachaduras e obstáculos foram cobertos com massinha colorida. Também destaco a apresentação do Projeto Casa Sensorial realizada por estudantes do nono ano.

Outra atividade muito interessante, dessa vez, proposta pela coordenação e supervisão da área de História, foi uma visita à Casa JK¹³. Com a presença de um monitor, conhecemos os jardins de Burle Marx, o interior e a história da casa onde viveu o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, as intervenções da proprietária do imóvel, sra. Juraci Guerra, antes do tombamento como patrimônio histórico da cidade. Essa visita inspirou-me para as questões ligadas à memória e patrimônio da cidade a partir da herança cultural da Pampulha.

2.2.10 O ano de 2019 na Residência Docente

¹³ A Casa JK ou “Museu Casa Kubitschek” é um museu-casa localizado na orla da Lagoa da Pampulha que serviu de residência de fim de semana do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. Segundo o trecho da Wikipédia: “*A casa permaneceu ocupada pela família Kubitschek até 1945, quando JK rumou para o Rio de Janeiro para ser empossado deputado federal. Após sua partida, a casa ficou desocupada até 1956, ano em que o amigo, colega de seminário e padrinho de casamento, Joubert Guerra, comprou o imóvel. Com a transação, a família Guerra passou a utilizar a casa, que sempre estava à disposição de JK em suas visitas à Belo Horizonte. Durante todo o período em que a família Guerra permaneceu no local, o imóvel e os móveis - em grande parte adquiridos pelo próprio Juscelino, foram bem preservados. Dentre a mobília ainda estavam em boas condições, a geladeira e a cama de casal comprados por JK, além de uma mesa de bilhar francês e mais outros 90 itens. Após o falecimento de Joubert Guerra em 1977, sua esposa, Juracy Brasileira Guerra, permaneceu morando no local até falecer em 2004. Com a sua morte, a prefeitura de Belo Horizonte demonstrou interesse em adquirir a casa para transformá-la em espaço cultural. Em 2005 os herdeiros da família assinaram o Termo de Desapropriação transferindo o imóvel para a prefeitura, que somente em 2008 iniciou as obras de restauração e adaptação do espaço para a instalação do Museu Casa Kubitschek, com base no projeto desenvolvido pela Diretoria de Patrimônio da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte*”- extraído de https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_Kubitschek .

Antes do retorno às aulas, prestigiei a exposição sobre *Fontes Históricas* organizada pelo colega do curso Residência Docente e professor da EM Hélio Pellegrino, Renato Sena. Em março, acolhi a proposta da coordenação e supervisão da área de História, e iniciei o acompanhamento sistemático das aulas ministradas pela monitora Elisa, responsável pelo GTD¹⁴ “História do CP”.

2.2.11 Definição do Objeto de pesquisa

O dia 14 de maio de 2019 foi uma data decisiva para minha definição do objeto de pesquisa quando fui prestigiar a palestra da profa. Dra. Ângela Maria da Silva Gomes com o tema de sua tese de doutorado “Rotas e Diálogos de Saberes da Etnobotânica Transatlântica Negro-africana dentro da programação da 17^a. Semana Nacional de Museus. O conceito de “etnobotânica” que significa a herança cultural da memória sobre plantas das etnias que ao longo da nossa história resistiram à cultura dominante a partir dos saberes sobre o uso medicinal, alimentício e ornamental de plantas.

A Escola Municipal Sérgio Miranda, mesmo com uma história de apenas 5 anos, possui na memória das pessoas que lutaram por sua existência no bairro e pelo desenvolvimento do mesmo elemento que configurou uma cultura que pode ter nas plantas e seu cultivo herdado uma possibilidade de registro por seus estudantes. Posteriormente, juntamente com os estudantes da Escola Municipal Sérgio Miranda, visitamos a exposição da Casa JK. Foi um momento gratificante onde reafirmei meu desejo em continuar seguindo com o projeto memória sobre plantas. Os estudantes interagiram e reconheceram plantas da exposição “Memórias e Bordados de Plantas”, a partir de lembranças de tempos e espaços vividos com familiares.

¹⁴ A sigla GTD significa Grupo de Trabalhos Diferenciados. Esses grupos são constituídos para que em pequenos grupos possa se desenvolver a auto-estima e aprendizado dos estudantes com dificuldades de aprendizagem ou mesmo para desenvolverem aspectos particulares ou projetos ligados à disciplina ou estímulo a pesquisa e inovação. Acompanhei o GTD História do CP que tinha como meta produzir um material para contribuição nas comemorações dos 65 anos do Centro Pedagógico da UFMG em 2019.

Observo a escola como um aparato do ensino muito engessado. Lembro da minha experiência quando era aluno da graduação e podia escolher a disciplina que queria me aprofundar, com exceção das disciplinas obrigatórias. Penso que um pouco disso deveria existir na escola pública para desenvolver talentos que são omitidos em detrimento da necessidade de padronizar o conhecimento geral. Quando comecei a lecionar tinha muitas ideias e teorias que imaginava serem uma “preguiça pedagógica” de alguns docentes.

No entanto, parece que sucumbimos tanto que nossa prática libertária se tornou alvo de uma perseguição como a do movimento “Escola Sem Partido”¹⁵ que ao se rebelarem contra um suposto “doutrinação” dos estudantes, atentam contra os princípios de uma educação que busca a qualidade, mas se pretende democrática e fruto de uma luta pela inclusão e equidade que lutamos para conquistar.

A experiência em sala-de-aula me mostrou uma outra realidade. Vi adolescentes que não acreditam no futuro e que aderiram ao mantra da “vida louca” e que reagem com agressividade a um cumprimento quando ao tocar o ombro logo retrucavam: “tira a mão de mim!”. Estudantes sem referência familiar concreta, filhos da recessão econômica ou que não reconhecem o único período de crescimento que tivemos na história recente.

Essa experiência me faz pensar esse momento da Residência Docente como a oportunidade de propor alternativas. Penso que o ensino de História tem uma grande contribuição a dar no campo da memória, da identidade e busca de um sentido entre uma história macro e micro, que pode ser reconhecida e ressignificada pelos estudantes.

¹⁵ O **Programa Escola sem Partido**, ou apenas **Escola sem Partido**, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica nas escolas. Disponível na página eletrônica: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Partido .

A proposta de trabalhar com a memória sobre plantas nos quintais do bairro Tupi tem me estimulado a acreditar nisso. O objetivo do projeto de ação é propiciar aos estudantes e comunidade escolar da Escola Municipal Sérgio Miranda o exercício da memória coletiva através das memórias sobre plantas e ervas medicinais que resgatam esse saber cultural.

É também importante mobilizar outras memórias que possam dialogar com as tecnologias e dificuldades dos estudantes que vivem em um mundo individualista, excludente e consumista. Os valores da agroecologia sustentável possibilitam uma intervenção no cotidiano mais qualitativa, permitindo o contato com o próximo e a diversidade do povo brasileiro, bem como tomar conhecimento da história oculta que abrange a memória das lutas dos moradores por condições mais dignas tais como: asfalto, saneamento básico, posto de saúde e a própria escola.

Apesar do grande desafio de voltar a estudar no contexto de crise financeira, mudança nos paradigmas intelectuais do país, realidade social de exclusão nas camadas mais pobres, aumento da violência social, e, principalmente a minha realidade pessoal por ser pai de uma adolescente com diagnóstico de autismo grave, encaro esse desafio de produzir uma pesquisa que espero que não seja mais uma a ser arquivada na sala de arquivo da Secretaria Municipal de Educação e na Biblioteca do Centro Pedagógico, mas que possa servir de instrumento para o projeto político-pedagógico da escola, articulando-a com outras da cidade, inspirando o mesmo trabalho e também orientar novas pesquisas no assunto.

2.2.12 Últimas atividades presenciais – segundo semestre de 2019

No desenvolvimento do Projeto de Ação, tive a alegria de contar com estudantes com muito interesse em explorar o bairro, percorrendo algumas casas selecionadas e pudemos também conhecer o Projeto Florescer em que a comunidade do Mirante espalhava mensagens pelas trilhas da região para combater os “botas-foras”, os “lixões”.

Muitas casas possuem plantas ornamentais nas entradas e há muitas hortas de plantas alimentícias e medicinais, confirmando a nossa expectativa de confirmar que a região do Tupi é rica na memória etnobotânica, cuja sabedoria das pessoas que conversamos revela como essa herança cultural nos remete à cultura africana e indígena. Realizamos trajetos da memória pelo bairro com o grupo de estudantes e visitamos algumas casas, conversando com familiares dos estudantes que prontamente explicavam a todos as plantas cultivadas nos quintais

Figura 5 – Placas de madeiras instaladas ao longo do caminho pelas idealizadoras do Projeto Florescer para conscientizar sobre a importância de não jogar lixo em meio as áreas verdes do bairro.



Arquivo pessoal - 2018

Lamentável que dificuldades no segundo semestre de 2019 impediram a ampliação desses roteiros de observação por causa de sucessivas internações de minha esposa me levou a pedir licença da prefeitura para cuidar de minha filha especial.

2.2.13 O ano de 2020

Frustrado com a dificuldade em explorar o trabalho de campo para o Projeto de Ação desenvolvido no Residência docente e foco do próximo item, iniciei 2020 com o desafio de concluir em seis meses o que ficou pendente em 2019 e a construção do artigo em coautoria com as professoras Alessandra Santos e Araci Coelho, respectivamente, coordenadora e supervisora da área de História do curso Residência Docente /CP-UFMG.

A Pandemia do Covid-19 a partir do mês de março praticamente adiou as atividades letivas e de pesquisa presencial. Ao mesmo tempo, significava para mim a

possibilidade de me dedicar à escrita, o que não pude fazer devido as situações adversas que vinha enfrentando.

Dediquei-me bastante entre os meses de abril a junho na conclusão do texto que considerava ideal. Estava pronto, porém eu queria mais, desejava acrescentar um estudo mais aprofundado sobre a origem do bairro Tupi e combinava pela Plataforma *Moodle* enviar quando estivesse completo. Porém, em julho ocorreu um acidente com a mídia (pen-drive) onde eu armazenava quase tudo do projeto e assim, perdi todo o trabalho que me dediquei por 3 meses. Como noticiar isso? Como ser acreditado depois de tantas oportunidades? Simplesmente entrei em depressão e vontade de desistir. Me culpava o tempo todo por não ter aceitado minha condição que não era mais a mesma de quando era jovem, solteiro e com tempo para me dedicar a universidade – embora naquela época tenha preferido a militância política. Porém, encerro esse memorial aqui, feito às pressas tentando substituir outro que estava mais completo, mas que apresento para concluir essa missão que espero poder retomar com mais propriedade e possibilidades no futuro, pois esse tema se tornou muito caro para mim.

3. O PROJETO DE AÇÃO

Para contextualizar o universo onde o projeto de ação foi parcialmente desenvolvido acredito ser importante apresentar, mesmo que sinteticamente, a escola e a comunidade escolar.

A Escola Municipal Sérgio Miranda situa-se na Regional Norte de Belo Horizonte, bairro Tupi-Mirante, atendendo majoritariamente estudantes de baixa renda e muitos em situação de vulnerabilidade social e pessoal. A comunidade escolar é composta de professores de diversas regiões da cidade e inclusive da mesma região e realidade em que a escola está inserida como eu próprio. Os demais trabalhadores em educação da escola (cantineiras, serventes, artificie, porteiros, educadores do Programa Escola Integrada) são em grande parte, moradores da comunidade e quase todos participaram de algum modo do processo de luta e implantação da escola que foi conquistada após vários movimentos de reivindicação como Orçamento Participativo e pleito na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O Bairro Tupi-Mirante é considerado um "bairro dormitório" da cidade de Belo Horizonte em que muitas moradias ainda se encontram no processo de regularização fundiária, não pertencentes à chamada cidade formal.

Boa parte da população ocupou o espaço através de ações de movimentos de moradia e são provenientes de diversas regiões da cidade e a maioria veio do interior, principalmente Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas¹⁶. Há senhoras idosas que trazem de seus locais de origem a cultura da roça, o cultivo das plantas, ervas medicinais e o fazem em lotes vagos, quintais das casas e a própria escola tem desenvolvido um trabalho voltado para a agroecologia em parceria com a Fundação Banco do Brasil.

¹⁶ Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Norte / coordenador, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

3.1 Como o problema se delineou

O projeto de ação pressupõe a “Memória Etnobotânica” como uma possibilidade pedagógica entre escola e comunidade. O despertar dessa possibilidade ocorreu durante a palestra da Dra. Ângela Maria da Silva Gomes, já mencionada anteriormente. A professora, dentre uma das atividades da 17ª Semana Nacional de Museus, apresentou os percursos e achados de sua tese de doutorado¹⁷ “Rotas e Diálogos de Saberes da Etnobotânica Transatlântica Negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH”.

A expressão “Memória Etnobotânica” nos remete a herança cultural da memória sobre plantas das etnias que ao longo da nossa história resistiram à cultura dominante a partir dos saberes sobre o uso medicinal, alimentício e ornamental de plantas. Assim, deduzimos que essa memória se torna uma grande possibilidade de intervenção pedagógica para integrar o saber escolar com o saber da comunidade que se formou dessa matriz étnica, principalmente se considerarmos a maioria da população negra e miscigenada que se concentra nas periferias das grandes cidades como Belo Horizonte e, mais especificamente, o bairro Tupi da região norte do município.

No trabalho de campo com os estudantes da Escola Municipal Sérgio Miranda a uma exposição de bordadeiras que representavam em suas peças de artesanatos as plantas que lembravam da infância e de lugares do passado, o problema foi se delineando, especialmente, com o envolvimento dos estudantes sobre quais plantas que lembravam existir nos quintais de suas casas. Portanto nos colocávamos diante de um problema em que se colocavam articuladas suas evidências e possibilidades pedagógicas: Como desenvolver um projeto que possibilitasse o levantamento da herança cultural da memória sobre plantas desses estudantes?

¹⁷ Ver; GOMES, Ângela Maria da Silva. Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. (tese de doutorado). Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/MPBB-8DVGBM> Acesso em 30/05/2019.

3.2 Sobre os objetivos do Projeto

Ao decidir implementar o Projeto de Ação, a intenção principal foi contribuir para despertar nos estudantes, assim como inserir no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Sérgio Miranda, a percepção da existência de uma memória oculta ou marginalizada da sabedoria popular para além dos muros da escola, no interior do bairro Tupi, possível de apreensão através do conhecimento tátil, auditivo, olfativo, degustativo e do “ver” e “olhar” através do cultivo de plantas ornamentais, alimentares e medicinais nos quintais e espaços da agricultura familiar.

Trata-se de propiciar aos estudantes e comunidade escolar da Escola Municipal Sérgio Miranda o exercício da *memória coletiva* através das memórias sobre plantas e ervas medicinais que resgatam esse saber cultural. Também visa acionar outras memórias que podem dialogar com as tecnologias e dificuldades dos estudantes que vivem em um mundo individualista, excludente e consumista.

A perspectiva é trazer à tona lembranças e problematizá-las. Nesse sentido, compartilhamos com Halbwachs, sobre a importância da articulação entre lembranças individuais com as de outros membros do grupo social a que se pertence.

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2004:p. 30)

O fato de o projeto envolver memória de gerações sobre plantas e seu uso, acarreta também uma abordagem na perspectiva da agroecologia sustentável. Acreditamos que os valores da agroecologia sustentável possibilitam uma intervenção no cotidiano mais qualitativa, permitindo o contato com o próximo e a diversidade do povo brasileiro, bem como tomar conhecimento da história oculta que abrange a memória das lutas dos moradores por condições mais dignas tais como: asfalto, saneamento básico, posto de saúde e a própria escola.

A expectativa é que esse Projeto de Ação seja uma referência para a disciplina da História, no tocante ao trabalho com memórias coletivas e individuais subjacentes aos grupos culturais e sociais diversos na comunidade escolar. Especialmente por propiciar o diálogo entre as gerações, a troca de saberes e de experiências.

O desejo que a experiência no desenvolvimento do Projeto de Ação resulte em pressupostos para o ensino de História demanda um trabalho de reflexão- ação - reflexão que ainda não foi possível realizar. Segundo a orientação recebida ao longo do curso, estamos cientes que é preciso, esclarecer, nos percursos metodológicos, como atingir os objetivos listados¹⁸, quais recursos poderiam ser utilizados, e planejar as sequências didáticas.

3.3 As razões para desenvolver o Projeto

A Lei 10.639/2003 insere no currículo escolar de forma transdisciplinar o estudo sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, complementada pela Lei 11.645/2008 que insere a temática indígena. Na condição de pertencimento à etnia afro-brasileira, militância que resultou nessa conquista e compromisso com o trabalho, realizei diferentes pesquisas, no âmbito acadêmico, com foco nessa temática.

Na graduação em História o Trabalho de Conclusão (TCC) ¹⁹ do Curso de História (FAFICH/UFMG) teve como tema central o *Movimento Sem Casa na Regional Norte de Belo Horizonte* (abrangendo o bairro Tupi). No curso de Especialização em Políticas Públicas (Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG), a monografia foi um estudo sobre a situação da população negra na Regional Norte de BH. A dissertação de Mestrado (FAE/UFMG), sob orientação da profa.dra. Júnia Sales, teve como título “Entre eventos, hinos e prêmios: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte”. No curso de Especialização em Projetos Culturais

¹⁸ Ver Apêndice 2.

¹⁹ Importante destacar que fui bolsista do PAD/FAPEMIG durante o percurso de elaboração do TCC.

(PUC-MG), a monografia foi um projeto de formação de professores para atuar com a temática da cultura afro-brasileira. Enfim, selecionado para cursar essa nova pós-graduação em Residência Docente (Centro Pedagógico/UFMG – SMED/BH), uma vez mais, se sobressai o desejo de trilhar um percurso que tem como eixo a Memória Etnobotânica vinculada a uma proposta de educação comunitária na Escola Municipal Sérgio Miranda, no sentido de transpor os muros da escola numa aproximação com a sabedoria popular, revelada na memória sobre as plantas.

O tema da memória coletiva a partir da partilha do conhecimento intergeracional sobre memórias sobre plantas e bordados é fundamental para firmar o vínculo afetivo dos estudantes com a escola e a busca de seu compromisso em preservar as raízes geracionais, propiciando às pessoas adultas e idosas a oportunidade de contribuir no processo educativo das crianças e dos jovens.

Acredito que a disciplina História também é beneficiada, uma vez que terá mais significado e sentido para os estudantes. Ao abordar os conceitos de patrimônio imaterial (elaboração de inventário das plantas alimentícias, ornamentais e medicinais cultivadas do bairro Tupi), diversidade cultural (trabalhando o conceito de Etnobotânica) e memória (função, recordações, omissões, esquecimentos) é possível explicitar a relação entre o ensino de história e a vida cotidiana dos estudantes, respondendo, de certa forma, uma de suas indagações sobre a validade e aplicabilidade do ensino de história na vida pessoal de cada um. O intuito é que percebam a pertinência da preservação da memória, tradições e da experiência dos mais velhos ao contar suas histórias para refletir e compreender o momento atual e criar perspectivas de futuro.

O projeto também irá possibilitar a educação fora dos muros da escola ao explorar os espaços da comunidade, da universidade e da memória cultural e arquitetônica do bairro, articulado ao da cidade. Nesse aspecto, a memória sobre plantas ornamentais, alimentícias e medicinais ocupam um lugar de excelência pois é no cultivo da terra e da luta pela sobrevivência das classes mais pobres que a sabedoria popular garante o sustento e a sobrevivência na escassez de recursos.

Esses ensinamentos transmitidos há muitas gerações quase sempre nos levam à uma origem africana, indígena ou afro-brasileira. E, não são, comumente, ensinados e/ou aprendidos na escola.

A Escola Municipal Sérgio Miranda é uma escola nova (apenas 5 anos), mas tornou-se um dos pouquíssimos espaços públicos de convivência da região do bairro Tupi. Não há parques, clubes e praças e são raros os campos de várzea. Além da escola, as igrejas de diversas denominações têm cumprido esse papel de encontro, mas que, torna-se restrito aos que compartilham uma determinada crença. Graças a laicidade da educação pública, é o único espaço de encontro da diversidade cultural, étnica e religiosa. A ausência de outros espaços públicos torna urgente que a mesma contribua para ser incubadora de experiências diferentes.

3.4 Pressupostos teóricos

Há três conceitos que são fundamentais no arcabouço teórico de projeto: patrimônio imaterial – pelo qual se enquadra nossa estratégia de elaboração de inventário das plantas alimentícias, ornamentais e medicinais cultivadas do bairro Tupi, o de diversidade cultural - trabalhando o conceito de Etnobotânica que consiste na referência étnica do cultivo de plantas - e memória - função, recordações, omissões, esquecimentos - para que essa proposta de trabalho faça sentido para o ensino de história.

Compartilhando da concepção de memória que promove a diversidade cultural e produz patrimônio imaterial, tal como propõe Michael Pollak:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (...) Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e

reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (POLLAK, 1989:pp.8-9)

Relacionados ao conceito de memória, outros dois conceitos são importantes para o nosso projeto - o de *referência cultural* e o de *lugares de memória*. Tivemos contato com tais conceitos, a partir do texto “Memória e Patrimônio Cultural –Contribuições para os estudos da localidade na Educação Básica”, sobretudo o capítulo “Trilhar uma rua: muitas histórias visíveis, invisíveis e sensíveis”, organizado pela professora Lana Mara de Castro Siman, tendo a colaboração de Ana Maria Silva e Frederico Luiz Moreira. A ideia de “referência cultural” nos remete a proposição do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em fazer inventário das paisagens naturais, ou seja, próprio para um dos pilares do projeto que consiste em catalogar as plantas da *etnobotânica* do bairro Tupi a fim de resgatar os “lugares da memória”- conjugando assim com o segundo conceito - dos moradores, suas lutas e vivências, o que segundo as referidas autoras, “(...) com o intuito de promover o sentimento de participar e pertencer a um grupo, de possuir um lugar apropriado culturalmente.” (SIMAN, 2017, p. 55)

Os lugares de memória na concepção de Pierre Nora são o “conjunto de referências culturais, lugares, práticas e expressões originadas de um passado comum.” (apud SIMAN, 2017, p.55). Nesse sentido, as plantas e os saberes gerados através dela constituem “lugares de memória”.

Outra importância para a fase de pesquisa de campo desse projeto é a noção de percepção sensorial dos cinco sentidos que nos trazem a “receita” para a realização dele, uma vez que os estudantes participantes serão estimulados a caminhar como um *flâneur* pelas ruas, lotes, casas e quintais do bairro usando os sentidos e sensibilidades essenciais para compreensão do nosso objeto de investigação da memória individual e coletiva.

Através do paladar irão ter a noção do doce e amargo das plantas e plantações diversas, através do olfato sentirão o cheiro (ou a memória do cheiro), através do

tato a textura, a audição os sons, as histórias e estórias contadas e por fim, a visão proporcionará a beleza e uma distinção importante proposta pelas autoras: a diferença entre o “VER” como ato involuntário e o “OLHAR” como um ato refletido da visão.

No outro texto, “Os quintais como patrimônio” à p.48, nos sugere que “Há, pois, um reconhecimento da contribuição dessas áreas verdes para o microclima da região, a qualidade do ar, assim como para o abrigo de ricas espécies da fauna e da flora e até mesmo nascentes de água, nas quais os guardiões são os próprios moradores” (RAMOS, 2013 in SIMAN, 2017)²⁰.

A contribuição mais importante para a definição do tema foi a feliz descoberta da tese de Ângela Maria Maria da Silva Gomes (UFMG, 2009), “*Rotas e Diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, quilombos e quintais da Grande BH*” que também colheu depoimentos de moradores de terreiros de candomblé e quintais do bairro Havaí sobre seus “lugares de memórias”.

A tese trouxe reflexões importantes e a terminologia “Memória Etnobotânica”, fundamental para se pensar as memórias que surgem quando conversamos sobre o saber popular intergeracional que as pessoas acumularam ao longo das migrações e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras. Tal como descreve na página 19:

“O tráfico de africanos no Atlântico representou não só o traslado de pessoas, mas também de saberes que promoveram o intercâmbio entre culturas e plantas na diáspora. Saberes etnobotânicos e práticas sociais diversas que se manifestam no transcurso da história do Atlântico negro, seja na fitoterapia, na agroecologia ou nas expressões de religiosidade de matriz africana, como o candomblé”.

Por fim, acrescentamos a reflexão de CLAUSEN (2018, 62-65), “A cidade é nossa horta” traz uma importante contribuição para esse estudo sobre a “Memória Etnobotânica do Tupi”, no sentido de dialogar com outras experiências de diversas

²⁰ Há um quadro de plantas importante na p. 52 do mesmo texto acima que servirá de base para um questionário a ser aplicado aos egstudantes da Escola Municipal Sérgio Miranda a fim de identificar as potencialidades e locais específicos do trabalho de campo.

partes do mundo em que a construção da cidadania se fez por meio de redes solidárias ecossustentáveis. O texto apresenta a experiência do projeto alemão "Prinzessinnengarten" ou traduzindo, "Jardim das Princesas", uma espécie de "oásis na cidade" onde em meio ao caos urbano as pessoas se encontram para cultivar produtos agroecológicos em hortas e jardins, além de praticarem o convívio social em tempos de individualismo e consumismo. Tal como descreve o autor: "Esses espaços livres têm o potencial de catalisar a imaginação de uma cidade diferente."

3.5 Previsões iniciais

Inicialmente, a ideia era que o Projeto de Ação teria uma duração de dois anos - de outubro de 2018 a outubro de 2020. No entanto, como já afirmado, devido a fatores pessoais e da conjuntura político-social, não foi concretizado.

A perspectiva inicial, também não totalmente realizada, era compor um grupo de trabalho de referência, com estudantes da Escola Municipal Sérgio Miranda, que manifestaram interesse de participar de diálogos e execução das ações de pesquisa, coleta de dados e monitoramento do projeto. A ideia era envolver a comunidade escolar compartilhando, de forma sistemática, os achados do projeto. Com o isolamento social devido a Pandemia do COVID-19, as atividades somente iniciaram e o projeto foi interrompido.

A intenção, também inicial, era que o projeto envolvesse os bairros Tupi-Mirante e Tupi-Lajedo, bem como espaços não oficiais como a chamada "invasão do Tupi"²¹, com o grupo de estudantes percorrendo as ruas desses bairros a partir da referência da via principal da escola, a Rua Ministro Oswaldo Aranha.

3.6 Algumas ações desenvolvidas

²¹ Tais bairros surgiram a partir da década de 70 e 80 do século XX como alternativa para a falta de moradia para os trabalhadores da área central de Belo Horizonte a partir da política de loteamento da grande Fazenda dos Furquim Werneck, processo que se intensificou nos anos 90 com o surgimento de vários movimentos de lutas dos sem casa que invadiram terrenos abandonados e mais recentemente avançando para áreas em direção a Santa Luzia.

Não foi possível concretizar o percurso metodológico planejado, mas várias ações foram desenvolvidas, tais como uma visita à exposição “Memórias e Bordados” na Casa JK com estudantes que participariam das visitas a quintais e espaços agroecológicos do bairro Tupi. Essa visita foi fundamental para que os estudantes percebessem como uma exposição pode servir de inspiração para o desenvolvimento de um projeto que buscará resgatar a memória coletiva da comunidade. Além disso, em cada quadro tinha um bordado de uma planta ornamental, alimentícia ou medicinal que as bordadeiras fizeram para resgatar suas lembranças da infância que muitos dos nossos estudantes compartilham e receberam dos pais e avós.

Outra atividade desenvolvida foi a aplicação de questionários nas turmas da escola para levantamento dos inventários de plantas, agentes de agroecologia. (Ver apêndice 2). Os dados foram tabulados visando a seleção dos estudantes que iriam compor um GT (Grupo de Trabalho) para as caminhadas pelo bairro, visita aos quintais, entrevista com moradores e lideranças comunitárias, participantes do curso de agroecologia desenvolvido na escola no início de 2019 (trabalhado coordenado pela professora Renata Rosa que contribuiria com essa fase do trabalho de campo). As ações e discussões sobre o conteúdo dos questionários seriam realizadas pelo GT que se encontraria às sextas-feiras para tal fim.

Durante as visitas que conseguimos realizar, foram feitos convites aos moradores para debates na escola, além de gravações de vários depoimentos de senhoras do bairro Tupi sobre suas vivências, memórias e saberes de plantas e vivências. A ideia inicial era envolver familiares, como avós, lideranças comunitárias, pessoas que promovem cultivos e trocas de saberes sobre plantas e plantações nas regiões do Tupi Mirante e Lajedo.

Como produto desse trabalho de campo, havia planejado a produção de uma trilha da memória histórica etnobotânica dos jardins e hortas do bairro Tupi.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição e desenvolvimento do projeto de ação demonstrou de maneira simples e objetiva a possibilidade pedagógica da “memória etnobotânica” como facilitadora da troca de saberes entre escola e comunidade. Há muito o que se conhecer sobre saberes e práticas da cultura étnica, pesquisando plantas ornamentais, alimentícias e medicinais que podem ser encontradas nos quintais das casas e nas áreas públicas de um bairro da periferia de Belo Horizonte como o Tupi localizado na regional norte da cidade.

Acreditamos que os pressupostos do projeto reafirmam o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Sérgio Miranda, inserida no contexto de uma comunidade que, por sua história de luta pela conquista dela, anseia para que a escola contribua na formação ética, científica e cidadã dos estudantes.

Também acreditamos que o trabalho com a memória sobre plantas, ao suscitar o legado étnico africano, afro-brasileiro, indígena e mesmo das migrações do interior de Minas para a cidade - uma realidade das populações periféricas da cidade de Belo Horizonte e como de fato acontece no bairro Tupi – possibilitaria ao estudante a ampliação da noção de território, diversidade étnica, socioeconômica e religiosa.

Outra contribuição do projeto, poderia ser o estreitamento da relação comunidade – escola, pois a partir de projetos de extensão como esse, a instituição pode se configurar como um aliado importante na sua luta pela melhoria das condições de vida e integração social. Além disso, a comunidade poderia acompanhar o processo de aprendizagem, o envolvimento e interesse de crianças e jovens na construção do saber formal associando-o ao saber popular acumulado por gerações.

Ouvir as mães, avós e vizinhos narrando suas histórias de vida associadas a memória coletiva através das memórias sobre plantas e ervas medicinais é uma importante experiência de contato com saberes culturais. Pode desencadear outras memórias e possibilitar o enfrentamento de dificuldades vivenciadas pelos

estudantes em um mundo individualista, excludente e consumista, apreendendo os valores da agroecologia ou agricultura familiar.

A intervenção da escola no cotidiano dos estudantes torna-se mais qualitativa, associada ao saber que ele descobre em sua própria comunidade, permitindo o contato com o próximo e a diversidade do povo brasileiro, bem como tomar conhecimento da história oculta que abrange a memória das lutas dos moradores por condições mais dignas tais como: asfalto, saneamento básico, posto de saúde e a própria escola.

A possibilidade pedagógica criada pelo trabalho com a memória etnobotânica pode se tornar uma referência para um trabalho permanente na disciplina da História com as memórias coletivas e individuais subjacentes aos grupos culturais e sociais diversos na abrangência da escola, combinando os saberes dos docentes, estudantes e comunidade, criando sempre momentos para diálogo entre as gerações, proporcionando troca de saberes e experiências.

Acreditamos, com já afirmado anteriormente, que o trabalho pedagógico da memória etnobotânica na escola é uma forma de desenvolver nos estudantes o gosto pela história e o pensamento crítico através das memórias e histórias de vida, acarretando o contato pessoal e diálogo com pessoas idosas ou lideranças comunitárias do bairro. Propicia também a compreensão das características locais e da cidade, além de sua marca cultural a partir dos muitos “lugares de memória” dos moradores que vieram de regiões diferentes da cidade e de Minas Gerais.

Enfim, consideramos que uma sistemática de pesquisa associada ao ensino deve fazer parte do cotidiano dos estudantes e que essa produção sirva de referencial para outros estudos na própria escola, para a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e Universidade Federal de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Emmanuel Duarte e SOUZA, Mariana Oliveira (org.). *“Quintais – Memória, resistência e patrimônio biocultural”*. Belo Horizonte: Ed. UEMG, 2017.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Presidência da República – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

– SEPP/IR/PR. BRASIL. LEI nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Presidência da República do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003 – Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”*. CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004. BRASIL. Lei 11.645/08, de 10 de março de 2008.

CARDOSO, Marcos Antônio. *“O Movimento Negro em Belo Horizonte – 1978 – 1998”*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CLAUSEN, Marco. *“A cidade é nossa horta”*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 62 - 65, 2018.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *“Formação Continuada de Docentes da Educação Básica”*. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *“História & Ensino de História”*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Ângela Maria Maria da Silva. *“Rotas e Diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, quilombos e quintais da Grande BH”*, UFMG-IGC, Tese de Doutorado em Geografia, 2009.

GOMES, Nilma Lino. *“Escola e diversidade étnica-cultural: um diálogo possível”*. In:

DAYRELL, Juarez (Org.) *“Múltiplos Olhares sobre educação e cultura”*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. pp. 85-91.

HALBWACHS, Maurice. *“A Memória Coletiva”*. São Paulo: Centauro, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. *“A África na sala de aula; visita à história contemporânea”*. São Paulo: Selo Negro, 2005. HINO Nacional Brasileiro. História, origem e composição. Enciclopédia Ilustrada Folha. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historiabrasil/ult1689u84.jhtm> acesso em 01/08/2011.

KENSKI, Rafael. *“Vencendo na Raça”*. in: Revista Superinteressante, p. 42-50, São Paulo, Editora Abril, Edição 187, abril de 2003

LAVILLE, Christian. *"A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história"*. Revista Brasileira de História. Vol. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

LE GOFF, Jacques. *"História e memória"*. Campinas: editora da UNICAMP, 1994.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. *"Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais"*. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *"Negritude: usos e sentidos"*. São Paulo: Ática, 1986. OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, nº 3, 2003, p. 421-461. Disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/905623.pdf>. Acesso em abril de 2010.

PÁDUA, Karla Cunha. Et. Al. *"Os quintais como patrimônio"*. IN: MIRANDA, Sonia Regina SIMAN, Lana Mara de Castro, (Org.) Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2017. p. 47-72.

PEREIRA, Júnia Sales. *"Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639"*. Revista Estudos Históricos, nº 41, vol. 21, 2008, p. 21-43. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1292/713> acessado em abril de 2010.

POLLAK, Michael. *"Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos"*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>, acessado em abril de 2010.

POLLAK, Michael. *"Memória e identidade social"*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, Rosa Margarida de. *"Almanaque pedagógico afro-brasileiro"*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. *"Rompendo as Barreiras do Silêncio: Projetos Pedagógicos Discutem Relações Raciais em Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte."* Em: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves.

SANTOS, H. *"Roteiro para Elaboração de Projetos de Ação/Intervenção V. 2.0. Academia"*, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/ROTEIRO_PARA_ELABORACAO_DE_PROJETOS_DE_ACAO. Acesso: 26/03/2019.

SANTOS, Lorene dos. *“Saberes e Práticas em Redes de Trocas: A Temática Africana e Afro-Brasileira em Questão.”* Belo Horizonte, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UFMG, 2010.

SIMAN, Lana Mara de Castro. *“Relatos orais como atos de palavras. Em: PEREIRA, Júnia Sales. RICCI, Cláudia Sapag (orgs.). Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade. Patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar”.* Livro III, p.15, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SIMAN, L. M. C.; SILVA, A. M., MOREIRA, F. L. *“Trilhar uma rua: muitas histórias visíveis, invisíveis e sensíveis”.* In: PADUA, K. C.; SIMAN, L. M. C.; SCALDAFERRI, D. C. M. (orgs.). *Memória e patrimônio cultural: contribuições para os estudos da localidade na educação básica.* Belo Horizonte: Mazza, 2017.

APÊNDICE A – Objetivos Específicos

- Desenvolver o gosto pela história e o pensamento crítico através das memórias e histórias de vida através do contato pessoal e diálogo com pessoas idosas ou lideranças comunitárias do bairro Tupi;
- Analisar o desenvolvimento do bairro e sua marca cultural a partir dos muitos “lugares de memória” dos moradores que vieram de regiões diferentes da cidade e de Minas Gerais;
- Identificar a riqueza botânica e suas inter-relações com os espaços geográficos e históricos, bem como, a importância da agroecologia e da sabedoria popular;
- Implementar uma sistemática de pesquisa que possa fazer parte do cotidiano dos estudantes, independente da área profissional que venha a trabalhar no futuro.
- Produzir um estudo que sirva de referencial para outros estudos na própria escola, para a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e Universidade Federal de Minas Gerais.

APÊNDICE B – Questionário Etnobotânico

UFMG UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – CENTRO PEDAGÓGICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



QUESTIONÁRIO ETNOBOTÂNICO

- 1) Nome Completo: _____ Turma: _____
- 2) Cidade onde nasceu: _____ 3) Bairro: _____
- 3) Seus pais vieram do interior? () SIM () NÃO Se sim, qual cidade? _____
- 4) Possui algum parente ou vizinho que cultiva plantas ornamentais, alimentícias ou medicinais? () sim () não Se sim, caso a pessoa autorize, poderia informar o nome e se possível endereço ou contato da pessoa? _____

- 5) Conte um pouco da sua história sua e sua família no bairro Tupi (use o verso da folha)

- 6) Marque no primeiro quadro a frente da planta a que você possui no seu quintal e no segundo a que conhece (pode consultar seus familiares ou vizinhos):

Arruda		Arroz		Banana ouro		Coqueiro imperial	
Balsamo		Bertalha		Banana prata		Gramma	
Barbatimão		Beterraba		Banana maçã		Hibisco	
Bardania		Brócolis		Caju		Ipe Amarelo	
Cansomila		Café		Cana		Ipe Malato	
Caninha d' macaco		Cebolete		Caqui		Ipe roxo	
Cansação		Cebolinha		Carambola		Ipe verde	
Carqueja		Cenoura		Figo		Orquídeas	
Cavalinha		Chuchu		Goiaba		Quaresmeira	
Citronela		Couve		Jaca		Unha de gato	
Funcho		Couve-flor		Jabuticaba		Acelga	
Guaco		Feijão de corda		Jambo rosa		Abóbora	
Hortelã		Jiló		Jatobá		Alface	
Pimenta		Mandioca		Laranja		Alho Poró	
Linhaça		Manjeriçao		Limão		Almeirão	
Losna		Milho		Maçã		Amora	
Mama-cadela		Pimenta branca		Mamão		Banana catuira	
Marcelinha		Orapromobis		Manga			
Para-tudo		Quiabo		Pera			
Pau doce		Repolho		Pitanga			
Picão		Salsa		Serguela			
Poejo		Tomilho		Uva			
Quebra-pedra		Abacate		Candeia			
Romã		Acerola		Algodão			
Sândalo		Amendoim		Antúrio			
Sapé		Ameixa		Coqueiro macaíba			

Obs. você pode incluir outras plantas que conhece e que não estão citadas.